



Na defesa do trabalhador de informática

Inform@ção

Filiado à FENADADOS e à CUT

Agosto de 2011

do Sindpd-RJ

Gestão 2010/2013

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Serviços Públicos e Privados de Informática e Internet e Similares do Estado do Rio de Janeiro

Impresso
Especial
991222451-1 - DR/RJ
Sindpd-RJ
CORREIOS

Chega de Corrupção!



A corrupção no Brasil é sistêmica e histórica. Há registros de que, no Século XVI, durante a colonização portuguesa, funcionários públicos, encarregados de fiscalizar o contrabando e outras transgressões contra a coroa, ao invés de cumprirem suas funções, acabavam praticando o comércio ilegal de produtos brasileiros, como pau-brasil, especiarias, tabaco, ouro e diamante. Tudo diante do olhar complacente de Portugal que estava mais interessado nos nossos recursos naturais do que no combate à roubalheira.

Leia o editorial na página 2

Combate à corrupção se dá com pressão social

A corrupção no Brasil é sistêmica e histórica. Há registros de que, no Século XVI, durante a colonização portuguesa, funcionários públicos, encarregados de fiscalizar o contrabando e outras transgressões contra a coroa, ao invés de cumprirem suas funções, acabavam praticando o comércio ilegal de produtos brasileiros, como pau-brasil, especiarias, tabaco, ouro e diamante. Tudo diante do olhar complacente de Portugal que estava mais interessado nos nossos recursos naturais do que no combate à roubalheira.

Mais recentemente temos o que talvez tenha sido o maior escândalo institucional do País: as privatizações realizadas, em grande escala, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que entregou bancos e empresas estatais a preço de bananas e mariolas, com o agravante de financiar (com privilégios) essa compra com dinheiro público. A mídia jamais denunciou esse absurdo.

As recentes denúncias envolvendo o Ministério dos Transportes têm merecido capas de jornais e revistas, além de indignados editoriais nos telejornais. O tratamento diferenciado que os barões da informação dão aos governos que eles defendem e aos que lhes desagradam é um acinte, mas a verdade é que os desvios aconteceram e acontecem, em ambos os casos.

Em apenas dois anos (2009 e 2010), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), ligado ao Ministério dos Transportes, superfaturou seus projetos em R\$ 720 milhões, segundo constatação do Tribunal de Contas da União (TCU). Além desse rombo, outras irregularidades foram detectadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), como licitação direcionada, pagamento indevido e falhas nas obras. Essa dinheirama, que daria para construir mais de dez mil casas populares, tem que voltar aos cofres públicos, pois é fruto do suor de milhões de brasileiros que trabalham e pagam seus impostos, honestamente.

A novidade positiva deste momento no Brasil é a atitude firme da presidenta Dilma. Ao enfrentar, sem subterfúgios, as denúncias de corrupção nos Ministérios dos Transportes, Turismo e Agricul-

tura etc ela atende aos clamores de milhões de brasileiros que já não aguentam mais conviver com desfalques, desvios de dinheiro público, tráfico de influência e outros péssimos hábitos que se tornaram corriqueiros nos altos escalões federais, estaduais e municipais.

Não haverá progresso no combate à corrupção, no entanto, se a sociedade não se mobilizar e cobrar providências dos que têm o dever de fiscalizar, denunciar e punir. Sem pressão social as reformas necessárias não serão feitas, pois os grupos de interesse privados no setor público são poderosos.

A impunidade e a corrupção andam de mãos dadas e várias outras denúncias aparecem todos os dias. É hora de mostrarmos nossa indignação em alto e bom som, enviando cartas e e-mails de cobrança aos governantes e parlamentares, utilizando as redes sociais para divulgar fatos e exigir providências. Vamos seguir o exemplo de nossos vizinhos argentinos e ir às ruas, mostrando que temos força de mobilização e luta.



Deputados se negam a ratificar Convenção que protege trabalhador da dispensa imotivada

Numa afronta ao bom-senso e às mínimas normas de civilidade, com constantes e reiterados atropelos e abusos, a Comissão de Trabalho da Câmara Federal, sob a presidência do deputado Sílvio Costa (PTB-PE), decidiu por 17 votos a 8 não ratificar a Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que protege o trabalhador contra a demissão imotivada.

A solicitação enviada ao Congresso pelo governo Lula tem por objetivo garantir ao trabalhador condições mínimas de proteção e segurança que nada tem a ver com “estabilidade” compulsória, como tentaram vender os parlamentares direitistas.

Parlamentares denunciaram o presidente da Comissão do Trabalho, Sílvio Costa (PTB-PE), por agir como empregado da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

“Defendemos a ratificação da 158 porque ela é fundamental para dar segurança ao trabalhador contra a alta rotatividade, principalmente em setores como a construção civil, comércio e serviços. Como está, o patrão chega e sem mais nem menos joga o empregado na rua”, explicou Valeir Ertle, dirigente da CUT Nacional.

Ao final da votação, as lideranças cutistas repudiaram o comportamento venal e entoaram palavras de ordem contra a traição, deixando claro que a população será informada. A central promete divulgar fotos e nomes dos parlamentares que votaram contra os trabalhadores.

Com informações da CUT Nacional

Negociação coletiva no setor público: ratificação da Convenção ISI da OIT

No dia 10 de agosto lideranças cutistas foram recebidas em audiência pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior, em Brasília, quando defenderam a regulamentação da Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que dispõe sobre a negociação coletiva no setor público.

Ainda não existe, no Brasil, o direito de os trabalhadores públicos terem um calendário de negociações com os governos das três esferas (federal, estaduais e municipais). Se o governador ou o prefeito forem truculentos, sequer os trabalhadores conseguem entregar suas pautas de reivindicações.

Isso pode mudar, o que vai melhorar a qualidade do serviço público e o atendimento em geral à população. Basta os deputados e senadores votarem o texto da Convenção 151 da OIT, que está à espera de análise desde fevereiro de 2008, ou seja, há três anos.

Expediente



Informação em Revista é uma publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Serviços Públicos e Privados de Informática e Internet e Similares do Estado do Rio de Janeiro - Sindpd-RJ

Jornalista Responsável: Jussara Magalhães (Mtb 18.206) - Estagiária de Jornalismo: Lidiane Costa
Projeto gráfico e diagramação: Marcos Ribeiro - Fotos: Nando Neves (Mtb 16.345/99/70)

Coordenação: André Luis Azevedo Guedes, Célio Stembach Barbosa e Sérgio da Silva Barros.
Diretoria de Comunicação: Angela Lemos, Leila Santos, Whertz Passos Mendes e William Barral de Castilho

Endereço eletrônico: www.sindpd-rj.org.br - Correio: sindpd-rj@sindpd-rj.org.br

Av. Pres. Vargas, 502, 12º andar - Centro - RJ - CEP 20071-000 - Tel.: 2516-2620 - Fax: 2516-5668

Dataprev

Trabalhadores vestem a camisa do Sindicato

Os trabalhadores da Dataprev realizaram no dia 10/08, manifestação nacional para mostrar à empresa que não estão satisfeitos com os rumos da Campanha Salarial 2011/2012.

No Rio de Janeiro o Sindpd-RJ produziu um churrasco na porta da Dataprev, no Cosme Velho, com a presença de mais de duzentos trabalhadores, que vestiram a camisa do Sindicato.

O diretor/coordenador do Sindpd-RJ Celinho se dirigiu aos trabalhadores, argumentando que não há como aceitar a postura da administração da Dataprev, que enche a empresa com contratações de adnutos (cargos de confiança), ganhando salários altíssimos, e se recusa a chamar os concursados e reajustar dignamente os salários dos funcionários de carreira.

Celinho lembrou ainda o absurdo de uma

Mudança do regime de ponto tem que ser negociada com os trabalhadores

Os trabalhadores perguntaram sobre a mudança, anunciada pela Dataprev, no regime de ponto. Alexandre Fagundes explicou que há normas do Ministério do Trabalho e Emprego que devem ser seguidas. Além disso, nada poderá ser mudado sem a concordância do corpo funcional. Portanto, a Dataprev está obrigada a negociar com as representações dos trabalhadores, em mesa de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho. A decisão final será tomada pela categoria, em assembleia. Caso a empresa tente impor um modelo de ponto escolhido unilateralmente pela sua administração, o caso será levado ao Ministério Público do Trabalho e a Dataprev poderá ser multada.

O Sindpd-RJ enviou ofício à Dataprev, no dia 09/08, questionando o anúncio feito por alguns gerentes sobre a mudança arbitrária do ponto em 1º de setembro. A empresa respondeu que a questão deve ser tratada nacionalmente, com a Fenadados. Posteriormente a Dataprev

administração de empresa pública que burla as leis, acumulando passivos trabalhistas imensos. “Isso é má gestão do dinheiro público”, afirmou ele.

O advogado Alexandre Fagundes, coordenador do Jurídico do Sindicato, deu informes aos trabalhadores sobre as ações trabalhistas em curso,

e anunciou que será realizado um jurídico móvel nos próximos dias, para esclarecer dúvidas e recolher documentos para ingresso de ação pelas horas extras (o divisor para se apurar o salário-hora deve ser 200 e não 220, como faz a Dataprev). Ele lembrou que o trabalhador sindicalizado não tem qualquer despesa com essa e outras ações, que correm inteiramente por conta do Sindicato.



solicitou agendamento de mesa específica para negociar a mudança do ponto com a Federação, mas a resposta foi negativa, pois essa questão faz parte da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho, ou seja, será debatida em mesa de negociação da Campanha Salarial.

Dataprev reconhece que Ponto deve ser tratado na negociação do ACT

Em resposta a ofício enviado pela diretoria do Sindicato solicitando esclarecimentos sobre a mudança no regime de Ponto, a Dataprev respondeu ontem que a negociação do assunto deve ser nacional, pois a mudança alcançará todas as regionais da Dataprev no país.

Uma mesa específica com a Fenadados, para tratar da mudança do ponto, foi solicitada pela empresa, mas a Federação, que é a legítima representante nacional dos trabalhadores da Dataprev, respondeu em ofício que o tema compõe a pauta de reivindicações dos trabalhadores e deve ser tratado no conjunto das negociações referentes à Campanha Salarial 2011/2012.

Empresa ainda não esclareceu dúvidas sobre PDI

O Sindpd-RJ enviou, no dia 26/07, ofício à Dataprev solicitando esclarecimentos sobre a regra imposta no Programa de Desligamento Incentivado, que restringe a adesão do trabalhador que tenha ingressado com ação judicial, individual ou coletiva, contra a empresa.

Até o fechamento dessa edição a Dataprev não se manifestou sobre o assunto, o que demonstra a falta de compromisso da direção da empresa com temas que afligem o trabalhador. A direção do Sindicato está buscando o diálogo para encontrar as respostas que a categoria espera.

Sindpd-RJ busca um basta para fazer a vontade dos associados que desejam ser excluídos do processo contra a Geap

A Justiça do Rio de Janeiro, através da 51ª Vara Cível, está restringindo o direito dos sindicalizados de terem seu nome excluído do processo movido pelo Sindpd-RJ contra a Geap.

Inconformado com tal liberalidade, o Sindicato está providenciado a resposta jurídica necessária para o Tribunal de Justiça, para que o referido

assunto seja sanado em definitivo e com a maior brevidade possível. Importante frisar que a questão é complexa e delicada, visto que é constante a procura para inclusão e exclusão no processo.

O Sindicato está engajado em obter a resposta que alguns sindicalizados vêm buscando, mas que vem sendo desprezada pela Justiça.

O advogado Eduardo Piragibe, que cuida do caso, afirma: “esperamos, em breve, divulgar uma resposta totalmente satisfatória aos associados que desejam sair da referida ação, contudo estamos na dependência da morosidade da Justiça”.

Projeto do SAF apresentado pela Dataprev é cópia do anterior, com poucas alterações

A Dataprev apresentou, no dia 16 de agosto, à representação dos trabalhadores, em reunião realizada na sede da empresa no Rio de Janeiro, os critérios do SAF (Sistema de Avaliação Funcional). Para surpresa dos sindicalistas presentes, o siste-

ma que a empresa pretende adotar é uma réplica do anterior, com pequenas mudanças. Uma delas é que as gerências também serão avaliadas pelos empregados.

É importante lembrar que a proposta de pagamento da PPLR 2011 linear, com SAF, foi rejeitada pelos trabalhadores do Rio de Janeiro, mas aprovada pelo conjunto da categoria em nível nacional, com a condição de que a empresa apresentasse o novo Sistema para avaliação, antes de sua implantação.

Na reunião a representação dos trabalhadores fez registrar em ata sua frustração com o Sistema apresentado, pois, entre outras coisas, a previsão é de que a avaliação dos empregados ocorra no período de 15/09 a 14/10. Como a PLR diz respeito ao ano todo, a preocupação é que o trabalhador que tenha tido faltas por motivo de força maior nos meses em que não houver avaliação, seja

prejudicado. A empresa garantiu que as faltas justificadas não serão motivo de prejuízo, pois nesses casos a PLR será paga proporcionalmente.

Outro ponto polêmico repudiado pela representação dos trabalhadores é que no projeto apresentado não está prevista a divulgação da avaliação dos gerentes. A representação da Dataprev afirmou que esse ponto poderá ser resolvido, adiantando que a avaliação média de cada gerente poderá vir a ser publicada para conhecimento dos trabalhadores.

A Dataprev se comprometeu a encaminhar o projeto do SAF, na íntegra, para que o corpo técnico da Fenadados possa fazer um estudo pormenorizado. Uma mesa de negociação específica sobre a PLR e o SAF será agendada.

A aceitação, ou não, do pagamento da PLR com este projeto de SAF apresentado pela Dataprev será deliberada pelos trabalhadores, em assembleias.



“O Sindpd-RJ, em conformidade com a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro contra ato da gestão 2001/2004, informa:

O SINDPD-RJ concede direito de resposta ao trabalhador da DATAPREV Almir Couto, em função das notícias difamatórias contra ele divulgadas no site, em e-mails e panfletos. Por ser dever deste Sindicato, garantir a qualquer trabalhador da categoria pugnar por seus direitos, estão sendo tomadas as devidas providências, para nos termos do estatuto, identificar o(s) autor(es) das ofensas e aplicar as sanções cabíveis”.

Ações judiciais contra a Dataprev a respeito de promoções por mérito

O Sindpd-RJ ingressou com duas Ações Judiciais Coletivas sobre promoções por mérito, cujos principais esclarecimentos são prestados abaixo pelo advogado Alexandre Fagundes:

No processo de número 0008600-69.2002.5.01.0007 - pedido de promoção por mérito e por antiguidade, alternadamente, conforme os Acordos Coletivos de 1995 até 2001. Foram protocolados vários acordos assinados, individualmente, pelos trabalhadores. Entretanto, os demais trabalhadores não quiseram aderir ao acordo proposto pela Dataprev e também existem casos em que trabalhadores desistiram desta Ação.

A Juíza irá analisar a situação dos trabalhadores, de quem permanecerá ou não no processo, e pronunciará a sentença. Não há data designada para promulgar a mesma. Se o trabalhador tiver dúvida a respeito de sua situação (sobre se há acordo ou se permanece no processo) poderá se informar ligando para o Departamento Jurídico do Sindpd-RJ, através do número 2516-2610 - ramal 203 ou 218.

Processo de número 0009100-52.2004.5.01.0012 - pedido de promoção por mérito e antiguidade, al-

ternadamente, a partir de março de 2003, conforme PCS (Plano de Cargos e Salários). Neste processo obtivemos vitória em todas as instâncias, inclusive, recentemente, perante o TST (Tribunal Superior do Trabalho). O Sindpd-RJ requereu ao Juiz que intimasse a Dataprev, para que a empresa implementasse, em folha de pagamento, a concessão de um nível salarial, já de imediato.

Em breve a empresa será notificada para implementar tal promoção, sob pena de multa diária, que ainda será estabelecida pelo Juiz. Ainda existem outros aspectos da sentença que serão analisados posteriormente e serão divulgados à categoria, oportunamente.

Esta Ação se aplica a todos os trabalhadores do Rio de Janeiro que estavam na empresa antes de março de 2003, para a promoção por mérito, que deveria ocorrer nesta data. Ainda não há definição, na execução, quanto aos trabalhadores que ingressaram após 2003, mas haverá pronunciamento a respeito desse aspecto posteriormente e iremos divulgar.

Datamec cede e apresenta proposta de reajuste do tíquete alimentação

A Datamec apresentou, em mesa de negociação da Campanha Salarial 2011/2012, proposta de reajuste de 4,5% no valor facial do tíquete alimentação, o que é um avanço, uma vez que a empresa até então insistia em congelar o benefício.

No que diz respeito à reposição salarial, a Datamec confirmou sua proposta anterior, de 6,8% de reajuste para os salários até R\$7.000,00; 4,5% para os salários acima de R\$7.000,00, com garantia de parcela mínima de R\$442,00; e manutenção das cláusulas do ACT anterior.

A representação dos trabalhadores registrou que a proposta de reajuste do tíquete ainda não contempla a total necessidade dos trabalhadores, tendo em vista que a inflação referente à alimentação fora de casa é muito superior ao índice proposto. No entanto, em reconhecimento ao momento atual pelo qual a empresa está passando com a perda de contratos, e considerando a proposta em seu conjunto, a representação afirmou que levará a questão para deliberação da categoria em assembleias.

Manutenção dos empregos ainda não está garantida

Até o fechamento desta edição a Datamec ainda não havia apresentado posição efetiva quanto à situação dos trabalhadores ligados ao contrato com o Ministério do Trabalho e Emprego. Nenhuma demissão foi registrada, mas é importante a mobilização em defesa da Datamec e pela preservação dos empregos, pois a situação ainda não está resolvida.

Serpro

Participe da Campanha Salarial 2011/2012

Toda campanha salarial é uma disputa entre capital e trabalho, na qual o trabalhador necessita buscar a melhor remuneração possível e o dono do capital, no nosso caso o governo, busca pagar o menor salário possível.

A atuação da representação sindical tem sido coesa e em prol dos trabalhadores, pois, agindo com responsabilidade e ética, estamos conseguindo avanços junto à empresa. Até o momento foram alcançados os seguintes benefícios: inclusão do menor sob guarda no auxílio-creche; melhoria na

licença por adoção; melhoria na cláusula de organização por local de trabalho; retomada da comissão paritária de Saúde; aumento dos dias da licença nojo; uso parcelado da APPD para os trabalhadores com jornada de 6 horas; e criação das mesas específicas para debater os assuntos referentes aos Anistiados, Empregados do Quadro Externo (PSEs) e Saúde e Condições de Trabalho.

Além dos avanços sociais, não podemos deixar de destacar a posição do Sindpd-RJ e da Comissão de Negociação Salarial em relação à questão econômica, quando declaram que “a pauta foi construída considerando a realidade política, econômica e social em relação ao País, à Empresa e à necessidade do conjunto dos trabalhadores. Entende a representação que o Serpro, ao negar ganho real e a maioria das reivindicações sociais e propor tão somente a reposição inflacionária para reajustar todas as cláusulas de impacto econômico, deixa clara a sua intenção de não avançar na assinatura de um acordo que valorize o esforço e a dedicação dos trabalhadores, que são responsáveis pelo patamar do Serpro de primeira Empresa de

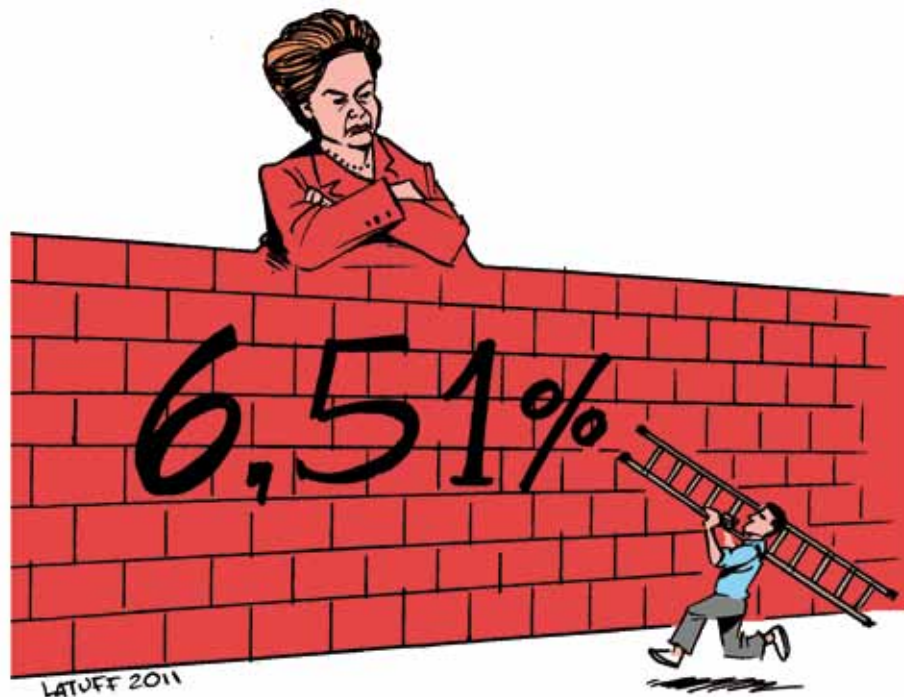
TI da América Latina”.

Apesar da postura rígida do Serpro frente às reivindicações econômicas debatidas nas mesas de negociação, os trabalhadores foram consultados em todo o País, e uma contraproposta foi apresentada à empresa, que afirma estar analisando as reivindicações. Confira:

1. Reajuste salarial com base no ICV- Dieese – 7,33% +2% de ganho real;
2. Auxílio Creche no valor de R\$ 794,60 (setecentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos);
3. Reembolso escolar até a conclusão do ensino médio para dependentes legais no mesmo valor do Auxílio creche.
4. Reajuste do Adicional de Férias de 1\3 do salário para 50%;
5. Redução de 50% na tabela de participação do vale refeição;
6. Reajuste do vale refeição pelo Índice fora do domicílio no percentual de 13,24%;
7. Incorporação do FCT e FCA;
8. Concessão de plano de saúde na mesma forma dos empregados ativos para os aposentados por invalidez decorrente de acidente de trabalho; e
9. Gratificação por titulação conforme pauta inicial.

É importante a participação efetiva dos trabalhadores e trabalhadoras, pois o governo Federal sinaliza que não irá avançar com ganho real de salários. Fica, então, a pergunta: qual será a nossa reação?

A hora é de nos mobilizarmos, discutirmos em nossos locais de trabalho e sinalizarmos claramente aos patrões que temos direito a um salário digno e decente, e que o mesmo necessita ser compatível com nossa importância para o Brasil.



Jurídico Móvel na porta da empresa

A diretoria do Sindpd-RJ tem consciência da necessidade de estar próxima à sua base, principalmente neste momento em que temos o processo do APA, desconto dos 15min de intervalo na compensação da greve, incorporação da FCT e FCA, e o auge da Campanha Salarial 2011/2012.

Para atender tantas demandas, e com o objetivo de tirar as dúvidas dos empregados do Serpro, os diretores do Sindpd-RJ estão se organizando para voltar a atuar na porta da empresa, trazendo seus advogados, através do projeto Jurídico Móvel, aos locais de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras.

Liminar referente ao plano médico está mantida

Apesar do Serpro ter a insistente mania de divulgar informes aos trabalhadores a respeito do Plano Médico, “esquecendo” da existência de liminar em favor dos trabalhadores, o departamento jurídico do Sindpd-RJ informa que os efeitos desta liminar estão mantidos até a presente data.

Qualquer desrespeito à liminar garante multa em favor do trabalhador e deve ser denunciado ao Sindpd-RJ com a prova do desrespeito.

OLT-RJ mente em seu blog

O Sindicato realizou assembleias nos locais de trabalho para debater com os trabalhadores e trabalhadoras questões relativas à pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2011/2012. Tudo dentro da mais tranquila manifestação democrática e de direito. No Andaraí, no entanto, por força da truculência do grupo que defende os interesses do PSTU, antes da votação da contraproposta a ser apresentada à empresa houve tumulto e esse grupo se retirou da plenária. Até aí tudo bem, até jogo de cena faz parte do processo democrático.

O problema é que esses revoltados (ou revoltosos), que não estão nem aí para a negociação da Campanha Salarial, o que ficou provado com sua retirada na hora de votar justamente a contraproposta a ser apresentada em mesa, tentam de todas as formas distorcer os fatos a seu favor. Mentem em seu blog, ao afirmar que teriam ficado na assembleia apenas “uns 20 (contando com os diretores do sindicato e da federação)”. A verdade

é que mais de trinta trabalhadores permaneceram na assembleia, e exerceram seu livre direito de escolher o melhor rumo para a campanha.

É inexplicável que a defesa de interesses partidários seja mais importante do que a luta por melhorias nas condições de vida e trabalho de toda uma coletividade.



Compensação dos dias parados

Legalidade é ratificada pelo MPT

No ano passado o Sindpd-RJ percorreu os principais locais de trabalho para, em reuniões informativas, esclarecer as questões jurídicas a respeito do acordo sobre a compensação dos dias de greve, que foi homologado na Justiça do Trabalho através da Fenadados.

Os esclarecimentos foram prestados, tanto no que diz respeito à atuação política da direção do Sindicato e da Fenadados, quanto do ponto de vista jurídico, pelo advogado do Sindpd-RJ Alexandre Fagundes. Mesmo assim, alguns trabalhadores não se convenceram e uma denúncia foi formalizada junto ao Ministério Público do Traba-

lho (MPT) do Rio de Janeiro, para que o fato fosse investigado. O Sindpd-RJ prestou as informações necessárias.

O primeiro equívoco de quem formalizou a denúncia foi eleger o Ministério Público do Trabalho Rio de Janeiro, para investigar um fato ocorrido nos autos de um processo litigioso que tramitou em Brasília. Este equívoco foi apontado pelo Sindpd-RJ, que esclareceu também outros aspectos relativos à improcedência da denúncia. Diante dos fatos, o Procedimento Preparatório (fase anterior ao Inquérito Civil Público) foi remetido a Brasília. Lá, em concordância com vários

aspectos aduzidos pelo Sindpd-RJ e pela Fenadados, foi exarada promoção de arquivamento do que sequer chegou a ser um Inquérito Civil Público.

Resultado: Sindpd-RJ e Fenadados tinham razão, e não apenas por observar as regras legais. Tinham razão porque sempre buscaram o melhor para os trabalhadores. E não há argumento que consiga convencer alguém de que descontar salários é melhor que compensar os dias de greve. Era o melhor a ser feito. Inclusive, este é um dos fundamentos do MPT para o arquivamento do procedimento administrativo ora arquivado.

Nota da diretoria

Compensação de Greve: acima de tudo, um direito do trabalhador

A diretoria do Sindpd-RJ vem recebendo reclamações acerca do processo de compensação da greve ocorrida em 2009 e, sempre que possível, manifesta seu entendimento. No entanto, como muitos ainda desconhecem esse posicionamento, o Coordenador André Guedes decidiu dar a visão do mesmo a essa questão que tramitava no processo de dissídio coletivo da época.

Guedes afirma que “a greve é um direito do trabalhador e é um dos instrumentos de maior valia utilizado na negociação coletiva, no entanto, todos os que fazem o movimento grevista sabem que podem ser descontados. Historicamente esse processo de desconto não ocorre no Serpro,

mas a Justiça entende que mesmo a greve não ilegal e nem abusiva, pode ser descontada em pecúnia, logo, a minha visão é que o processo de compensação foi benéfico ao trabalhador. Apesar do acordo ter sido benéfico, é claro que nenhum trabalhador deveria ser punido por fazer greve, mas, infelizmente, ao lado dos patrões está a Justiça”.

Os trabalhadores que ainda não concluíram o processo de compensação da greve têm até o final de agosto para finalizar o mesmo, conforme prorrogação registrada na última ata de campanha salarial da Fenadados para os trabalhadores e trabalhadoras.

Diretoria do Sindpd-RJ debate com diversos atores em defesa dos Anistiados

A Secretaria dos Anistiados do Sindpd-RJ foi criada pela atual gestão, com o objetivo de fortalecer e intensificar a luta em defesa dos trabalhadores anistiados. Atualmente a Secretaria vem debatendo uma solução para os anistiados com parlamentares, com o Executivo (Comissão Especial Interministerial – CEI), a Coordenação Nacional dos Demitidos e Anistiados nas Estatais e Serviços Públicos (CNDAESP), bem como com a representação de base.

Esse é um movimento cíclico que contou com a atuação de diversos atores no passado, que

nos deram base para hoje trabalhar com maior desenvoltura nesse processo. No entanto, temos encontrado diversas barreiras para avançar. Apesar da boa vontade dos interlocutores, o processo de anistia ainda é lento no Brasil, assim como a melhoria das condições de trabalho para aqueles que já retornaram.

Diante destes fatos o Sindpd-RJ tem conversado com a Fenadados e a CNDAESP para que ocorra um Encontro Nacional dos Anistiados, nos mesmos moldes dos trabalhadores PSEs.

Juntos somos mais fortes!

Trabalhadores PSEs aguardam novo Encontro Nacional

Os trabalhadores e trabalhadoras PSEs aguardam, com ansiedade, a realização do próximo encontro nacional para deliberarem suas novas ações.

Apesar de no último encontro, os trabalhadores terem deliberado atuar em conjunto com a Assemif, inclusive tendo assinado um documento de compromisso com a sua presidente, o que os sindicatos e a Fenadados têm visto são movimentos independentes e desconexos desta entidade.

Diante desta situação, os sindicatos não poderão se calar e irão iniciar intervenções junto ao Executivo e a parlamentares, para que os verda-

deiros representantes dos trabalhadores não fiquem de fora dessa discussão, assim como todos os seus representados. Não podemos deixar na mão de poucos, uma luta que sempre foi nossa!

O Encontro, realizado nos dias 23 e 24 de agosto, em Brasília, para dar continuidade às discussões anteriores, foi um espaço para avaliar a incorporação desses trabalhadores e trabalhadoras à Receita Federal (RF), que aceitou incorporar, em cargos isolados, os PSEs ao seu quadro funcional. Por isso, o momento é de avaliação: a incorporação vale ou não a pena?

Desligamento de Aposentados com Incentivo

Saiu o novo APA - Ações de Preparação para Aposentados 2011, que visa o desligamento do quadro de empregados do Serpro, direcionado aos aposentados mediante incentivo financeiro.

Os interessados deverão aderir ao programa mediante a formalização e encaminhamento de Termo de Adesão, até o dia 19-08-2011 às 18 horas, ao Órgão Local da Gestão de Pessoas-OLGP das Regionais ou Sede.

O advogado Gilberto Baptista, do corpo jurídico do Sindicato, alerta que, para aprovação e deferimento, os interessados deverão atender aos requisitos que constam do Edital do Módulo de Incentivo 2011, de 05 de agosto de 2011, item 3.0, disponível na intranet da empresa.

Cumpridas todas as etapas do programa, a data para os efetivos desligamentos está prevista para o decorrer do mês de setembro de 2011.

É sempre bom lembrar que a aposentadoria, principalmente quando acontece precocemente, consiste numa mudança significativa na vida do trabalhador. Qualquer decisão neste sentido, portanto, deve ser tomada após muita reflexão. Uma das críticas que os trabalhadores vêm fazendo ao APA é o valor oferecido, de R\$ 150 mil, mesmo quantitativo de 2009, sem ao menos a correção da inflação.



Cobra

Trabalhadores da Cobra demonstram boa vontade de prosseguir nas negociações da Campanha Salarial

No dia 10 de agosto foi realizada, nas dependências da matriz da Cobra Tecnologia S.A., no Rio de Janeiro, a 3ª mesa de negociação para o Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012. O encontro contou, além dos representantes usuais dos trabalhadores (Comissão Salarial, Sindpd-RJ, Fenadados, Sindados-BA), com a presença dos observadores Paulo Oliveira (Cobra-BA), Susidarlen Ribeiro (Sindpd-PR), Valquíria Silva (Sindpd-PR), Marlene Silva (Sindpd-PR) e Everson Visoto (Cobra-RS).

Respalhada pelo resultado final das assembleias estaduais e deliberações do Comando de Campanha, a representação dos trabalhadores apresentou, como sinal de sua vontade de avançar para o fechamento do ACT, proposta de ajuste em algumas cláusulas, como a da Organização

por Local de Trabalho (OLT), que passaria a ter o seguinte formato:

- a)** até 150 empregados = 1 representante;
- b)** acima de 150 empregados = 2 representantes;
- c)** para o Estado do RJ = 5 representantes, integrantes da Comissão Salarial; e
- d)** mesmo número de titulares também para suplentes.

Os representantes da Empresa informaram que a nova versão da NI116 - Regulamento Disciplinar que, entre outras coisas, trata do processo demissional com ou sem justa causa, será publicada na semana de 15 a 19/08/2011. Informaram, também, que na próxima reunião a Empresa se posicionará sobre os itens em avaliação e a contraproposta apresentada pela Representação dos Trabalhadores.

Proderj

Presidente do Proderj negocia com o governo sem as representações dos trabalhadores

No início de agosto os trabalhadores foram surpreendidos com a notícia de que o Presidente do Proderj, Paulo Coelho, apresentou ao Secretário da Casa Civil propostas relativas ao novo Data Center do Estado, ao concurso público e ao orçamento da autarquia, entre outras. Apesar de serem pontos importantes e do interesse de todos, o que não é compreendido pela categoria é a forma como está sendo conduzida a questão. Com esta atitude o governador demonstra, mais uma vez, que não é chegado a negociações, pelo menos aquelas referentes aos trabalhadores. Para abrir negociação com os bombeiros e professores, foram necessárias mobilizações intensas, com grande apoio popular. Só depois disso, quando a sociedade demonstrou que não estava aprovando a política do governo é que a Secretaria de Planejamento foi à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), para negociar com os servidores, como se fosse uma questão política e não uma política de estado.

No que diz respeito ao Centro de TIC do Estado, o presidente da autarquia apresentou a proposta do Data Center focando a infraestrutura necessária para as Olimpíadas e Copa que tem, e muito, um interesse comercial para o estado. O viés de investimento para a melhoria das condições de trabalho no Proderj e a qualidade de serviços para a população, ao que parece, virão das Parcerias Público Privadas, seladas no Acordo de Entendimentos assinado em 30 de junho com a Agência Norte Americana para Comércio e Desenvolvimento (USTDA).

Este indicativo se deve também às amarras feitas no contrato como, por exemplo, os gastos com transporte de pessoas ou bens que somente poderão ser feitos em transportadora americana. Os serviços profissionais deverão ser realizados por empresas americanas cujo serviço profissional também seja realizado por cidadão americano. A Consultora poderá utilizar, sem limitações, ter-

ceiros americanos, mas as empresas brasileiras não poderão exceder o limite de 20% do valor contratado (US\$ 675,000) e somente em serviços específicos. Quem disse que é investimento americano não sabe da outra exigência deste Acordo que diz que as tarifas, os impostos, taxas ou honorários decorrentes de leis brasileiras não poderão ser pagos pelo dinheiro do Fundo. Ou seja, os US\$ 675,000 serão apenas para as empresas americanas e seus fornecedores também americanos. As representações ainda não receberam, conforme combinado na reunião do dia 19 de julho com a presidência do Proderj, cópia dos documentos para acompanhamento dos trabalhadores, tais como: o Acordo e o Termo de Referência assinado com a USTDA; o contrato assinado, juntamente com o Termo da Referência do Novo Sistema de Pagamento e o processo sobre a solicitação do concurso público com a proposta do piso salarial e outras alterações para a tabela de salários,.

Os trabalhadores devem acompanhar de perto toda essa movimentação, pois estão o governo está agindo unilateralmente, e o resultado disso vem depois, já pronto e acabado. A proposta de alteração de nosso Plano de Cargos corre o risco de ser feita sem a nossa participação, diferentemente de 2001 quando fomos atores e sujeitos ativos, num processo que se nos deu um PCCS próximo do que queríamos. Agora, a política autoritária e despreparada para o debate democrático é que está prevalecendo. O governo privatiza a Saúde, a Educação e não será diferente com este filé de mercado que é a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Em tempos de Copas e Olimpíadas os tubarões rondam ferozmente atrás de suas sardinhas.

Nota da redação: Até o fechamento desta edição não havia sido agendada nova reunião com o Presidente do Proderj ou com a Casa Civil e Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag).

Veículo próprio em serviço

Na reunião de pendências, que ocorreu com a empresa no dia 10, após a mesa de negociação, a Representação dos Trabalhadores apresentou, conforme aprovado no Comando Nacional, a seguinte proposta com a perspectiva de negociação com a empresa: Valor de R\$ 700,00 até 1000 Km rodados e acima de 1000 km o valor de R\$ 1.200,00. A empresa recebeu a proposta e se comprometeu de apresentar à direção da empresa, para posicionamento posterior.

IplanRio

IplanRio adia, mais uma vez, apresentação de propostas para os trabalhadores

A 6ª mesa de negociação da Campanha Salarial 2011/2012 foi realizada no dia 09 de agosto, na Procuradoria Geral do Município. No encontro a direção da IplanRio informou à representação dos trabalhadores que ainda não tem resposta para as reivindicações da categoria.

O Sindpd-RJ fez constar de ata que os trabalhadores consideram pontos chave da negociação o aumento facial do ticket para R\$10,50; o prazo para o fechamento do PCS; a Cláusula 14 - IplanRio propôs a redação de retirada sobre o desconto a partir do nível 41, hoje somente para os empregados de nível superior, mas afetando a todos. O sindicato propôs então que o patamar para desconto suba para o nível 45, com redução da contribuição do trabalhador de 20 para 10%; e a estabilidade para os membros da OLT.

O Sindicato entregou ofício à direção da IplanRio com proposta para a solução das pendências das progressões por mérito de 2006 a 2010. O Sindicato pede, conforme aprovado em assembleia, um nível para todos os trabalhadores e duas remunerações para cada empregado, a título de compensação retroativa.

Acompanhe as redes sociais do Sindpd-RJ



Aposentados

Sindpd-RJ inicia série de atividades com aposentados



A Secretaria de Aposentados, liderada pelos diretores Vera Lúcia Martins e Celso Dias Santana, realizou, no dia 15 de agosto, evento na sede do Sindicato, que reuniu aposentados do Serpro, Dataprev, Datamec e Proderj, diretores da entidade e o advogado Marcos Roberto, que falou sobre o Teto Previdenciário. Na palestra foi realizada dinâmica entre os aposentados e o Sindicato, com finalidade de esclarecer assuntos relacionados ao tema.

As dúvidas correntes giram em torno de questões sobre as Emendas Constitucionais (EC) 20/1998 e 41/2003, que tratam do Teto Previdenciário. Marcos Roberto deu esclarecimentos sobre ações de rescisão de aposentadoria que atendem aos ex-funcionários com Data de início do Benefício (DIB) entre julho de 1991 e dezembro de 2003, período anterior à entrada em vigor das referidas Emendas Constitucionais.

Além de esclarecer dúvidas dos aposentados presentes, Marcos Roberto se disponibilizou a ajudar em qualquer tipo de questionamento re-

ferente ao teto previdenciário.

Em função da polêmica em torno do assunto, a diretoria do Sindpd-RJ convoca os aposentados, para que agendem uma entrevista no Departamento Jurídico do Sindicato, através do telefone (21) 2516-2620, ramais 218 e 233, para que sejam orientados sobre as vantagens e desvantagens de tal passo.

Durante o encontro a diretoria debateu com os aposentados sobre atividades que eles desejam ver realizadas, e a maioria absoluta pediu que sejam organizadas excursões e passeios. Diante disso, ficou decidido que estas ações serão implementadas, além da realização de tardes de convivência na sede do Sindicato.

O Sindpd-RJ quer a aproximação dos aposentados, para que convivam entre si e com a diretoria e funcionários. É, enfim, uma homenagem àqueles que fundaram o Sindicato.



Saúde

CUT convoca audiência pública pela Humanização das Perícias Médicas

No dia 20 de setembro de 2011 a CUT realizará, no Congresso Nacional, uma audiência pública pela Humanização das Perícias Médicas, atividade que faz parte de uma campanha lançada este ano durante a celebração do dia 28 de Abril - "Dia Mundial em memória das Vítimas de Doenças e Acidentes de Trabalho". A audiência estava marcada, inicialmente, para o dia 16 de agosto.

O objetivo da audiência é debater com a sociedade os problemas impostos pela perícia médica do INSS às trabalhadoras e trabalhadores adoecidos que, via de regra, são desrespeitados em seus direitos, passando por uma trajetória de humilhações e, não raro, são obrigados a retornar ao trabalho sem estar totalmente recuperados. Entre outros problemas apontados está o não reconhecimento da relação de causalidade de inúmeras doenças com o trabalho, em especial as LER-DORT e doenças mentais que hoje ocorrem em dimensões epidêmicas e são os principais motivos de afastamento do trabalho; o descompasso de tempo entre a cessação de benefício e a perícia; o não cumprimento da legislação no que se refere ao Nexa Técnico Epidemiológico Previdenciário - NTEP, como ausência de justificativa do perito no ato da descaracterização do acidente de trabalho.

Há também distorções criadas para descaracterização da doença e acidente de trabalho, como: mudança automática do tipo de benefício, não caracterização da doença e acidente de trabalho por informação incorreta do código de ocupação; não cumprimento da resolução que assegura o direito ao segurado de acompanhantes nas perícias médicas; não reconhecimento dos laudos emitidos por médicos assistentes, além da falta de transparência do órgão no que tange aos procedimentos normativos.

Espera-se, entre outras coisas, estabelecer compromissos para a resolução dos problemas enfrentados e para instituir uma lógica institucional no INSS, compatível com os princípios de seguridade social assegurados na Constituição Federal e cumprimento da legislação previdenciária vigente.

Convênios

Veja nossos convênios:

Academia

Academia Exercity

Agências de turismo

JusTour Agência de Viagens e Turismo
Viva Rio Turismo

Auto Escola

Auto escola Rio de Janeiro

Colégio

Oga Mitá Escola
Colégio Batista Shepard
Curso Mag de Cascadura Ltda
Cooperativa Educacional da Região de Jacarepaguá CE-REJA
Colégio Graham Bell (Sinttel - Rio)

Clínicas

Classident
DenteCross Assistência Odontológica
Jorge Avellar
Núcleo Psicanalítico do Rio de Janeiro

Cursos

Bit Company
CCAA
FISK
YES
NSI Training

Exames Laboratoriais

All-Lab Laboratório de Análises Clínicas

Farmácias

Saúde Homeopática Ltda-ME
Farmabox

Hotéis/Pousadas

Pousada Suarez - Penedo
Pousada Sintell
Colônia de Férias UNCPS
Pousada Villa Harmonia Paraty
Pousada Arcobaleno
Campos de Provence

Lazer

Paradiso clube
Rio Water Planet

Lojas

M. Wanna
Casa e Cozinha Campo Grande

Óticas

Óticas Carol S.A.
Socorro dos Óculos

Restaurantes

Estrela do Sul

Seguros

Sinaf Seguros
Rio D'ouro Corretora de Seguros

Universidades

La Salle Instituto Superior de Educação
Universidade Gama Filho
Fabec - Faculdade da academia Brasileira de Educação e Cultura
SUESC
Universidade Estácio de Sá
Fabel
Unicarioca
UniverCidade - Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro
UCB - Universidade Castelo Branco
FIJ - Faculdades Integradas de Jacarepaguá
UVA - Universidade Veiga de Almeida
Faculdade Moraes Junior

Novos convênios:

AVM Faculdade Integrada (Cândido Mendes)
Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAN)
Organizações Hélio Alonso de Educação e Cultura

Acesse a página do Sindicato e confira os convênios na íntegra.

Às suas ordens, dotô Mercado!

Paulo Kliass

Uma das inúmeras lições que a atual crise econômica tem a nos oferecer é a possibilidade de compreender um pouco melhor os mecanismos de funcionamento da economia capitalista em sua fase de tão ampla e profunda internacionalização financeira. Depois de baixada a poeira e dado o devido distanciamento temporal, imagino a quantidade de teses que serão desenvolvidas para tentar entender e explicar aquilo que estamos vivendo pelos quatro cantos do planeta.

As alternativas de enfoque são muitas. A relação conflituosa entre os interesses do capital produtivo e os do capital financeiro stricto sensu. A autonomia – na verdade, uma quase independência – do circuito monetário em relação ao chamado lado “real” da economia. A contradição entre o discurso liberal ortodoxo patrocinado pelos dirigentes dos países mais ricos até anteontem e a prática atual de medidas protecionistas de seus próprios interesses nacionais. A postura inequívoca e amplamente expandida de defesa das vontades das grandes instituições financeiras em primeiro lugar, sempre à custa de cortes nos gastos orçamentários na área social, voltados à maioria da população de seus países. A dita solidez das estruturas do mercado financeiro, agora tão confiável quanto a de um castelo de cartas. E por aí vai. A lista é quase infindável.

Mas um elemento, em especial, chama a atenção em meio a essa enormidade de aspectos. E trata-se de algo importante, pois diz respeito à tentativa de legitimação de toda e qualquer ação dos poderes públicos na busca da saída para a crise econômica. Nos bastidores do poder, a ação do Estado é ditada, via de regra, pelos interesses do capital.

Os temas de economia e de finanças, antes restritos às páginas dos jornais especializados, ganham as manchetes de capa e se convertem em preocupação de amplos setores da sociedade. A população se assusta, exige mais explicações, quer entender melhor! Porém, não se consegue tornar tão claros os mecanismos de funcionamento da dinâmica econômica em tão pouco tempo e em tão poucas linhas. E nesse momento ganham importância os interlocutores chamados a explicar: os economistas dos grandes bancos, os analistas das instituições financeiras, os responsáveis pelas empresas de consultoria, enfim os chamados “especialistas”.

E aqui entra em campo um elemento essencial na dinâmica do discurso. Uma entidade que passa a ser reverenciada em ampla escala, coisa que era antes reduzida a uma plateia restrita. Trata-se do famoso “mercado” – muito prazer!

As matérias dos grandes jornais, as páginas das revistas de maior circulação, os sites da internet, os programas na televisão e no rádio, enfim, por todos os meios de comunicação passamos a conhecer aquilo que nos é vendido como sendo a opinião dessa entidade, dessa quase pessoa. As frases e os estilos podem variar, mas no fundo, lá no fundo, tudo é sempre mais do mesmo.

É o que tem acontecido na atual crise da dívida norte-americana ou na sequência dos diversos capítulos da crise dos países da União Europeia. O mercado “pensa”, o mercado “avalia”, o mercado “pro-

põe”, o mercado “desconfia”, o mercado “sugere”, o mercado “reage”. E aí sim, de vez em quando, o tom de voz sobe e o mercado “exige”!! E depois o mercado “ameaça”. O mercado “cai”, o mercado “sobe”, o mercado “se recompõe”, o mercado “se sente inseguro”, o mercado “fica satisfeito”, o mercado “comemora”.

E assim, à força de repetir à exaustão essa fórmula aparentemente tão simples, o que se busca, na verdade, é fazer um movimento de aproximação. Mas o “mercado” - sujeito de tantos verbos de ação e de percepção - não tem nome! Ele não pode ser achado, pois o mercado não tem endereço. Ele não pode ser entrevistado, pois o mercado nunca comparece fisicamente nos compromissos. Ele escolhe uns poucos iluminados para representá-lo aqui entre nós. Como se, estes sim, tivessem a procuração sagrada



para falar em seu nome e representar aqui seus interesses. E aos poucos o que era antes um sujeito, o indivíduo “mercado” também vai ganhando ares de divindade.

A única certeza é de que o mercado sempre tem razão. E ponto final. Assim, todos passam horas na angústia e na agonia para saber como o mercado “reagirá” na abertura das bolsas de valores na manhã seguinte ou para tentar antecipar como o mercado “avaliará” hipotéticas medidas anunciadas para as transações de câmbio na noite da véspera. O resultado de toda essa construção simbólica pode ser sintetizado na tentativa do convencimento político e ideológico dos caminhos escolhidos para a solução da crise. O mercado “alertou”, o mercado “ponderou”, o mercado “pressionou”, o mercado “exigiu”. E, finalmente, o mercado “conseguiu”. Por todo e qualquer lado que se procure, tentam nos convencer que não havia realmente outra forma possível de evitar o pior dos mundos. Como somos todos mesmo ignorantes em matéria de funcionamento dessa coisa tão complexa como a economia, somos chamados a delegar também as formas de solução para a crise. E, como sempre acontece em nossa tradição, estamos às suas ordens, Dotô Mercado...

*Paulo Kliass é especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, carreira do governo federal e doutor em Economia pela Universidade de Paris 10. (Parte de artigo originalmente publicado na Agência Carta Maior).



Assuntos que o povo está comentando

Buracos nas rodovias do Brasil representam um pesado custo para o contribuinte, resultado de projetos ruins e corrupção - **#Roubalheira**

China alerta o mundo para possível calote norte-americano - **#Falência**

Guerra étnica em Londres envolve brancos, negros e asiáticos lutando contra o desemprego e o descaso do país para com os imigrantes - **#Riots**

Famílias das vítimas são abandonadas pelo governo após massacre de Realengo. Secretaria de Educação do Rio nega a denúncia - **#Amnésia**

A tragédia das chuvas na Região Serrana, que comoveu o mundo, foi usada para encher os bolsos de un\$ e manter outros na miséria - **#Ganância**

Senadora Kátia Abreu (ex-DEM) diz que pobre tem que comer comida com agrotóxico - **#MariaAntonieta**

Jornal Nacional informa que vice-presidente de TI da Caixa foi “presa”, mesmo sem ter sido - **#BarrigadaGlobal**

Sem comentários - **#Disquedentuço #Disque-Fred #DisqueDiguinho**

E a seleção brasileira, vai ou não vai? - **#FalaaiMano!**



Prata da casa

Sindpd-RJ participa da Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Niterói

A Secretaria de Gênero do Sindpd-RJ participou, representada pela diretora Ivonete Truda, da Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Niterói, realizada no período de 21 a 23 de julho de 2011.

O evento abordou temas como os Direitos Humanos das mulheres e subsídios à construção de políticas públicas, Educação inclusiva não sexista, racista, homofóbica e lesbofóbica e o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres.

Na plenária houve apresentação e aprovação de propostas, eleição de delegadas para a Conferên-

cia Estadual de Políticas para Mulheres e de conselheiras para o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres de Niterói.

As propostas aprovadas na Conferência Municipal serão levadas à Conferência Estadual, que será realizada entre os dias 7 e 9 de outubro no Rio de Janeiro, e à Conferência Nacional, que acontecerá em Brasília, entre os dias 12 e 14 de dezembro, quando será elaborado o Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres.

Inserir o Sindpd-RJ nas grandes lutas pela igualdade de gênero é uma das plataformas da campanha que elegeu a atual gestão do Sindicato.

Começa em setembro a segunda etapa do Ciclo de Palestras sobre Software Livre

O Sindpd-RJ está promovendo, desde o dia 27 de junho, em parceria com a Associação Livre de Técnicas Abertas (Alta) palestras técnicas sobre Software Livre, Tecnologia e Legislação.

A primeira etapa se encerrou no dia 22 de agosto, com a palestra do ativista pelo Software Livre Rodrigo Carvalho “Desmistificando o Git”.

A segunda etapa do projeto começa no dia 05 de setembro, às 19 horas, na sede do Sindpd-RJ, com palestra do coordenador do Sindicato André Guedes.

Podem (e devem) participar profissionais e estudantes de Informática, além de pessoas interessadas no aprendizado e disseminação da filosofia do Software Livre.

Mais informações no site <http://ciclodepalestras.sindpdrj.org.br>

Confira a programação:

05/09 – 19h30m - Conhecimento Livre

Palestrante: André Guedes

19/09 – 19h30m - Zabbix: O Estado da Arte em monitoração

Palestrante: Marco Lima



03/10 – 19h30m - Produção gráfica em Software Livre

Palestrante: Carlos Eduardo

17/10 – 19h30m - Construindo uma publicação com Software Livre – O case da Revista Espírito Livre

Palestrante: Eliane Domingos

31/10 – 19h30m - Ubuntu – Sistema operacional livre – Humanidade para todos

Palestrante: Cálcio Heavy Metal

Fóruns do Sindpd-RJ

foruns.sindpdrj.org.br -

O espaço de interação dos trabalhadores com o Sindicato de Tecnologia da Informação do Estado do Rio de Janeiro

Lixo eletrônico de pequeno porte pode ser descartado no Sindpd-RJ

Ciclo de palestras sobre Software Livre - informe-se e faça sua inscrição - <http://ciclodepalestras.sindpdrj.org.br/>

Governo lança programa para inserir 100 mil mulheres no mercado de trabalho

O governo lançou, no dia 11 de agosto o programa Mulheres Mil, que pretende formar e inserir 100 mil mulheres no mercado de trabalho até 2014. O Mulheres Mil, que faz parte do Plano Brasil sem Miséria, quer dar acesso à educação profissional a mulheres em situação de vulnerabilidade social, como mães solteiras, ou chefes de família, que não tiveram oportunidade de estudar e nem de ser inseridas no mercado formal. O programa é executado em parceria pelos ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelas secretarias de Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres.

O Mulheres Mil foi implantado como projeto piloto em 2007, em parceria com universidades canadenses. Por intermédio de 13 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, o projeto atendeu mil mulheres em 13 estados do Norte e Nordeste. Agora, será efetivado em todo o país e, ainda neste ano, 100 campi da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica deverão beneficiar 10 mil mulheres com a aplicação do programa.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, disse que o programa Mulheres Mil é uma ação do ministério que pretende cumprir com o desafio proposto pelo atual governo, o da erradicação da miséria. “Todas as secretarias do Ministério da Educação estão mobilizadas com o Plano Brasil sem Miséria”.

Presente no lançamento do programa, a secretária de Políticas Públicas para as Mulheres, Iriny Lopes, ressaltou a importância da capacitação. “O plano de enfrentamento à miséria identificou 16,2 milhões de pessoas que precisavam de um programa voltado para elas. A maioria dessas pessoas é composta por mulheres, como chefes de família, negras e aquelas em situação de maior vulnerabilidade. Então, o Mulheres Mil dará capacitação para que elas possam entrar no mercado de trabalho”.

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, explicou a importância do programa. “No Plano Brasil sem Miséria, nós não queremos só levar renda para as famílias, mas também garantir inclusão produtiva e acesso a serviços públicos. O Mulheres Mil vai ser estratégico, qualificando e formando 100 mil mulheres, melhorando a condição de conhecimento e de qualificação profissional delas, para que assim, consigam ter acesso a vagas de emprego”.

Também esteve presente no evento Ilda Maria Vital de Oliveira, uma das alunas formadas pelo projeto piloto do programa. “Graças ao projeto, eu tive a oportunidade de ter uma profissão e começar a trabalhar. Em 2008, quando comecei o curso, estava desempregada. Depois do curso de camareira, consegui emprego em um hotel em Fortaleza e estou lá há dois anos. O curso mudou a minha vida e a minha família”, contou Ilda

Fonte: Agência Brasil

Acesse a página do Sindpd-RJ e cadastre-se para receber nossos informativos.

Igualdade racial

Homenagem aos heróis da Revolta dos Búzios

A partir do dia 12 de agosto foi iniciada a comemoração da Revolta dos Búzios, também chamada de Revolta dos Alfaiates ou Conjuração Baiana, que aconteceu em 1798 e foi até novembro de 1799.

A presidenta Dilma Rousseff sancionou lei que inscreve os quatro heróis da Revolta dos Búzios no Livro dos Heróis da Pátria

No calendário gregoriano há muitos dias e meses representativos para a história do Estado da Bahia e agosto é um deles. A partir do dia 12 desse mês comemora-se o acontecimento histórico denominado A Revolta dos Búzios, também chamada de Revolta dos Alfaiates ou Conjuração Baiana, que aconteceu em 1798 e foi até novembro de 1799.

Com o objetivo de notabilizar as datas do ano que tem alguma importância histórica na identidade do povo negro, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi) pôs em prática o projeto: "Sepromi comemora datas Afro-brasileiras" e o fato histórico aqui referido, A Revolta dos Búzios, será tema de mais uma edição do cartão comemorativo.

Em 04 de março de 2011, a presidenta Dilma Rousseff reconheceu a importância desses heróis negros para o Brasil, por meio da lei federal nº.12.391, proposta pelo deputado federal do

PT baiano, Luiz Alberto, que inclui o nome dos quatro líderes da Revolta (Lucas Dantas, Manoel Faustino, Luís Gonzaga e João de Deus) no Livro dos Heróis Nacionais.

"Nós precisamos celebrar esse movimento com altivez e queremos que agora o resto do Brasil comemore essa epopeia dos afro-brasileiros da Bahia, pois eles deram suas vidas pela liberdade e isso está documentado em nosso Arquivo Público", falou João Jorge, o presidente do Olodum, referindo-se aos quatro mártires da Revolta.

O cineasta Antônio Olavo, que pesquisa o acontecimento há cinco anos e fará um filme sobre o tema, destaca: "Meu objetivo é valorizar a linguagem visual na perspectiva de resgate da memória negra e popular, pois se trata de um acontecimento significativo para Bahia e para o Brasil".

Para o secretário de promoção da igualdade racial, Elias de Oliveira Sampaio, a historicidade da Revolta dos Búzios precisa ser evidenciada, pois é algo que está em nosso cotidiano: "Precisamos conhecer e lembrar de um fato "inequívoco" em nossa história, pois os episódios aconteceram



onde nós vivemos e passamos diariamente, no Centro Histórico, Dique do Tororó e Praça da Piedade. Então, mobilizar a sociedade civil em prol deste acontecimento, significa valorizar a nossa identidade enquanto negros, baianos e brasileiros, principalmente no ano internacional dos afrodescendentes".

Fonte: Assessoria de Comunicação da Sepromi

SOS Crianças Desaparecidas

O Sindpd-RJ inicia nesta publicação a tarefa de apoiar a Fundação para a Infância e Adolescência (www.fia.rj.gov.br) na procura por crianças desaparecidas.

O programa SOS Crianças Desaparecidas é uma ação integrada à Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (REDSAP), de alcance nacional, voltada

para localizar crianças e adolescentes desaparecidos através de fotos divulgadas na mídia em geral e pesquisa em abrigos, com o objetivo de reintegrá-las às famílias. A ação visa também a implantação da cultura da identificação, evitando assim o desaparecimento de crianças em locais de grande concentração de pessoas.



Andressa Santos Lima
Idade: atualmente com 15 anos
Desaparecida: 22/10/2010
Local do desaparecimento: Zona Oeste do Rio de Janeiro
Situação: saiu de casa e não retornou



Diego Almeida de Lima
Idade: 16 anos
Desaparecido: 09/12/2010
Local do desaparecimento: Sao Cristóvão - RJ
Situação: Perdido

Gisela Andrade de Jesus
Idade: atualmente com 09 anos
Desaparecida: 25/02/2010
Local do desaparecimento: Zona Norte - RJ
Situação: rapto por estranho



João Pedro Pereira Garcia
Idade: Atualmente com 13 anos
Desaparecido: 25/09/2010
Local do desaparecimento: Itaboraí - RJ
Situação: saiu de casa e não retornou



Contra a pornografia infantil, Disque 100

O governo federal lançou, em 2003, o serviço telefônico Disque 100. Mantido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o serviço registrou, entre 2003 e março de 2011, 52 mil denúncias de violência sexual (abuso e exploração comercial) contra crianças e adolescentes de todo o país. Oito em cada dez vítimas são meninas. O serviço funciona 24h e nos sete dias da semana.

O cidadão pode também fazer sua denúncia pela internet, no site do Disque Denúncia Nacional: <http://www.disque100.gov.br/>



**Informações ligue para:
(21) 2286-8337**

Particulares

Atenção trabalhadores em empresas particulares de Informática

A Campanha Salarial 2011/2013 já começou, com a entrega da pauta de reivindicações ao sindicato patronal!

Para conseguirmos aumento real de salários, a hora é de mobilização! Participe das assembleias, encontros e manifestações, para que os empresários vejam que estamos decididos a alcançar nossas reivindicações!

Todos juntos na luta por salários e benefícios dignos, já!

Pauta de reivindicações foi entregue aos empresários

A diretoria do Sindpd-RJ entregou no dia 1º/08 ao Sindicato das Empresas de Informática do Rio de Janeiro (Seprorj), a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2011/2013 dos trabalhadores em empresas particulares de informática.

A pauta reivindicatória foi construída com ampla participação dos trabalhadores, que enviaram sugestões por e-mail, e aprovada pela categoria, em assembleia realizada na sede do Sindicato no dia 28 de julho.

Entre outras reivindicações, os trabalhadores querem que, a partir de 01 de setembro de 2011, os salários-básicos sejam reajustados no percentual de 8% (ou outro quantitativo do índice ICV-Dieese a ser confirmado no período), referente à inflação acumulada nos últimos doze meses (projeção para setembro de 2011). Reivindicam, ainda, que sobre os salários reajustados pela inflação incida mais 1% referente às perdas salariais parciais.

A Campanha Salarial já começou. Juntos somos fortes!

Acesse a página do Sindpd-RJ e cadastre-se para receber nossos informativos.

